

A concepção dos pesquisadores sobre a BNC-Formação e sua institucionalização nos cursos de licenciatura com base na Resolução CNE/CP nº 2/2019

The researchers conception of BNC-Formation and its institutionalization in undergraduate courses based on Resolution CNE/CP nº 2/2019

Robson Marinho Alves
Carla Busato Zandavalli

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campo Grande (MS) - Brasil

Resumo

Neste estudo objetivou-se analisar as concepções presentes na produção científica brasileira sobre a institucionalização da Base Nacional Comum (BNC) para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica nos cursos de licenciatura com base na Resolução CNE/CP nº 2/2019 (BNC - Formação). Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática de literatura baseada nos pressupostos de Okoli (2019), em bases de indexação de artigos, dissertações e teses. Para a análise do corpus textual, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2016). Os resultados apontam a resistência ao processo de implementação desta Resolução nos cursos de licenciaturas. Como conclusão, evidencia-se que a BNC - Formação sinaliza retrocesso e desconstrução curricular na formação dos professores, pois propõe uma formação neotecnicista, padronizada e alinhada à Base Nacional Comum Curricular - Educação Básica.

Palavras-chave: política de formação docente; diretrizes curriculares nacionais; formação de professores.

Abstract

In this study, the objective was to analyze the conceptions present in Brazilian scientific production regarding institutionalization of the Base Nacional Comum (BNC) for the Initial Education of Basic Education Teachers in undergraduate courses, based on Resolution CNE/CP nº 2/2019 (BNC-Formation). For this, a systematic literature review was conducted, based on the assumptions of Okoli (2019), in article indexing databases, dissertations, and theses. The research corpus was analyzed using Bardin's (2016) Content Analysis technique. The results indicate resistance to the implementation process of this Resolution in undergraduate courses. In conclusion, it is evident that BNC-Formation signals a regression and curricular deconstruction in teacher education, as it advocates for a neotechnical, standardized formation aligned with the Base Nacional Comum Curricular - Basic Education.

Keywords: teacher formation policy; national curriculum directives; teacher formation.

1. Introdução

O artigo pretende discutir a atual política de formação de professores implementada pela Resolução CNE/CP nº 2/2019, intitulada Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, que definiu a BNC-Formação, evidenciando a opinião dos(as) pesquisadores(as) na aplicação dessas diretrizes nos cursos de licenciatura.

As DCNs são documentos do Ministério da Educação (MEC) que reformulam, padronizam e regimentam a formação docente em território nacional. No período de 2001 a 2019, no Brasil, foram aprovados vários pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) relativos às DCNs para a formação de docentes para a educação básica, entre eles: a) Parecer CNE/CP nº 9/2001 aprovado em 8 de maio de 2001 e Resolução CNE/CP nº 1 de 18 de fevereiro de 2002 e Resolução CNE/CP nº 2 de 19 de fevereiro de 2002; b) Parecer CNE/CP nº 2/2015 aprovado em 9 de junho de 2015 e Resolução CNE/CP nº 2 de 1º de julho de 2015; c) Parecer CNE/CP nº 22/2019 aprovado em 7 de novembro de 2019 e Resolução CNE/CP nº 2 de 20 de dezembro de 2019.

Com a publicação da Resolução CNE/CP nº 2/2019, ficou revogada a Resolução CNE/CP nº 2/2015, estabelecendo-se o prazo de 2 (dois) anos para sua implantação por parte das Instituições de Ensino Superior (IES). E às IES que implementaram a Resolução 2/2015 deu-se o prazo de 3 (três) anos para adequação das competências profissionais docentes previstas na Resolução nº 2/2019 (BRASIL, 2019, p. 12). Após mobilização nacional, foi publicada a Resolução CNE/CP nº 2/2022, que alterou o art. n. 27 da Resolução CNE/CP nº 2/2019, fixando o prazo limite de até 4 (quatro) anos para a implantação da BNC-Formação por parte das IES (BRASIL, 2022, p. 1).

As DCNs para a formação de professores de 2019 (BNC-Formação) foram aprovadas atendendo às inclinações do capital e sem nenhuma discussão prévia com a comunidade interessada sobre o tema, por isso fora criticada extensivamente por representantes das instituições que enfatizam uma educação de qualidade para todos. (FERREIRA; FERRAZ; FERRAZ, 2021). Para Silva (2020), a Resolução CNE/CP nº 2/2019 externa os interesses do empreendimento privado para a formação docente, dentro de uma política organizada para atender a determinadas empresas, produzindo um novo perfil de trabalhador.

A Base Nacional Comum para a formação inicial de professores da Educação Básica mais recente está apoiada e fundamentada na Resolução CNE/CP nº 2/2019, que deve ser implementada em todas as modalidades dos cursos e programas destinados à formação docente (BRASIL, 2019).

A BNC-Formação tem como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018 (BRASIL, 2019, p. 2). A BNCC é disposta no sistema educacional brasileiro pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica e pelo Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014), e constitui, na visão do MEC, um progresso na construção da qualidade da educação (BRASIL, 2017).

A BNCC foi instituída e teve sua implantação orientada pela Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, a ser respeitada obrigatoriamente no âmbito da Educação Básica (BRASIL, 2017, p. 1). Ferreira et al., (2021) consideram que a BNCC é um documento que se tornou alvo de um polêmico processo de debates, problematizações e críticas por apresentar vários aspectos identificados por profissionais da área de educação e por não estar em concordância com a complexidade da educação brasileira.

As iniciativas de padronização curricular dos cursos de formação inicial de professores para a Educação Básica (Licenciaturas) são notórias nos governos alinhados à chamada “ideologia de mercado”, os quais abraçam a ideia de coerência entre as diretrizes curriculares nacionais para a formação docente (BNC-Formação) e a Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC-Educação Básica) justificada pela necessidade de uniformizar os currículos dos cursos de formação docente no Brasil (DINIZ-PEREIRA, 2021).

Nesse contexto, a produção de estudos sobre a proposição e a implementação da BNC-Formação pode ser o início de um processo de transformação que começa na universidade como meio de resistência aos atos normativos impositivos e de desvelamento das intencionalidades políticas e econômicas de grupos privados e pode se constituir como fundamento para a mobilização social mais ampla.

Dessa forma, neste artigo, objetivou-se analisar as concepções dos(as) pesquisadores(as) e profissionais da área de educação e ensino sobre a implementação da BNC-Formação nos cursos de licenciatura a partir da Resolução CNE/CP nº 2/2019.

A hipótese preliminar do estudo indica uma ênfase na padronização e na parametrização dos currículos e retrocessos da política educacional para a formação inicial de professores apresentada pela Resolução CNE/CP nº 2/2019 que instituiu a BNC-Formação.

A estrutura do artigo está organizada em itens destacados a seguir: a) os trabalhos que especificam a BNC-Formação nos cursos de licenciatura; b) os impactos do contexto neoliberal

para a formação docente; c) a padronização curricular via pedagogia das competências; d) os retrocessos na atual política de formação docente.

2. Procedimento metodológico

No presente estudo, utilizou-se a metodologia da pesquisa bibliográfica para realizar uma revisão sistemática de literatura (RSL) em trabalhos científicos nacionais sobre a BNC-Formação (Resolução CNE/CP nº 2/2019).

Segundo Okoli (2019), a definição para RSL é: “[...] um método sistemático, explícito, (abrangente) e reproduzível para identificar, avaliar e sintetizar o corpo existente de trabalhos completos e registrados produzidos por pesquisadores, estudiosos e profissionais” (OKOLI, 2019, p. 4). A RSL é um método de pesquisa que contém protocolos específicos de busca e coerência a um vultoso corpus documental. Apresenta de forma explícita as bases de dados bibliográficas consultadas (bases de indexação), os procedimentos de busca, a norma de seleção dos trabalhos científicos, os critérios de inclusão e exclusão e o processo de análise de cada trabalho incluso na RSL (GALVÃO; RICARTE, 2019).

O levantamento do corpus documental utilizou as bases de indexação: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES), Google Scholar (Acadêmico), Scientific Electronic Library Online (SciELO.br), e Scopus. Foi realizada uma busca booleana usando os operadores maiúsculos “AND e OR” e parênteses para separar logicamente palavras-chave e sinônimos a partir das palavras-chave: (“BNC-Formação”) OR (“Resolução CNE/CP nº 2/2019”). O escopo da pesquisa abrange artigos científicos (revisado por pares), dissertações e teses, sendo considerados os trabalhos publicados no período de 2019 (ano de publicação da BNC-Formação) a 2022.

Os critérios de inclusão para os trabalhos consistiram em documentos que analisam a Resolução CNE/CP nº 2/2019 e os impactos da implementação da BNC-Formação nos cursos de licenciaturas com ênfase no ensino de Ciências (área Ciências da Natureza) e com texto completo disponível. Para exclusão de estudos, os critérios aplicados compreenderam: estudos anteriores a 2019; estudos em duplicatas; estudos em idiomas que não sejam o português, o inglês ou o espanhol; estudos secundários ou terciários; livros ou capítulos de livros; monografias, TCCs; estudos nas áreas de Linguagens (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa), Matemática, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia); pesquisas que não tratem da BNC-Formação.

Para a análise da parte documental da pesquisa, optou-se em utilizar técnicas de Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2016), considerando-se as seguintes etapas: a) a pré-análise; b) a exploração do material; c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Na pré-análise, realizou-se “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, 2016, p. 125). Com a pré-análise concluída, fez-se a exploração do material executando-se a codificação, a enumeração e a categorização dos trabalhos que representa o conjunto de ideias comuns aos autores pesquisados (BARDIN, 2016). Os resultados foram tratados permitindo estabelecer quadro de resultados, inferências e interpretações relacionados ao objetivo previsto na pesquisa (BARDIN, 2016).

Com base na leitura e na análise dos trabalhos, foram produzidas 3 (três) categorias de análise: a) viés neoliberal na Educação; b) a padronização curricular; c) os retrocessos na atual política de formação docente. A classificação em categorias impõe a investigação do que cada produção científica tem em comum, obrigando a uma organização dos conteúdos averiguados.

Em conformidade com a interpretação das análises, foi possível conhecer e compreender as principais concepções e posicionamentos existentes dos pesquisadores em relação à implementação da BNC-Formação nas Licenciaturas no Brasil e a inter-relação com a BNCC-Educação básica.

3. Resultados e Discussão

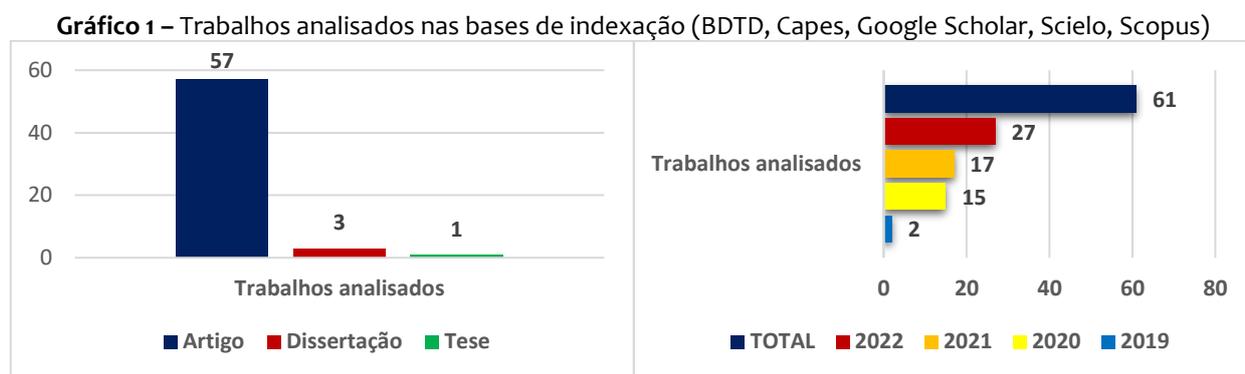
Os resultados são referentes à análise bibliográfica dos documentos selecionados, o que possibilitou a estruturação dos pareceres em subdivisões nas quais se destacam os trabalhos que especificam a BNC-Formação nos cursos de licenciatura, os impactos do contexto neoliberal para a formação docente, a padronização curricular via pedagogia das competências e os retrocessos na atual política de formação docente.

3.1 Os trabalhos que especificam a BNC-Formação nos cursos de licenciatura

Com base nos critérios de inclusão e exclusão, foram identificados pelas palavras-chave ("BNC-Formação") OR ("Resolução CNE/CP nº 2/2019") 2.524 (dois mil e quinhentos e vinte e quatro) trabalhos publicados nas bases de indexação, destes, foram selecionados 61 (sessenta e um) documentos para a análise os quais contemplavam o objeto da pesquisa, pois destacavam análise, interpretação, impactos, discussões, alterações, reflexões e contradições presentes na Resolução CNE/CP nº 2/2019 (BNC-Formação).

A concepção dos pesquisadores sobre a BNC-Formação e sua institucionalização nos cursos de licenciatura com base na Resolução CNE/CP nº 2/2019

O levantamento bibliográfico expõe um quantitativo moderado de trabalhos que analisam e discutem os avanços ou retrocessos da Resolução CNE/CP nº 2/2019 (BNC-Formação) em nível nacional (Gráfico 1), pois no universo de 2.524 publicações identificadas pelas palavras-chave, somente 61 trabalhos (2,41%) apresentavam a análise e a discussão dessa Resolução como objeto da pesquisa. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de mais publicações de trabalhos científicos (artigos, dissertações, teses) que discutam essa temática sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica.



Fonte: elaborado pelos autores.

Os materiais bibliográficos analisados nessa RSL correspondem ao período de 2019 a 2022 (Gráfico 1), destacando-se um maior número de trabalhos publicados no ano de 2022 (44,26%). Os dados também ressaltam um aspecto ascendente no número de publicações nesse mesmo período, evidenciando a preocupação da comunidade científica em analisar os impactos da BNC-Formação para os cursos de licenciatura e os movimentos de objeção ao processo de implementação dessas políticas. Os documentos, os títulos e o ano de publicação dos trabalhos examinados estão descritos no Quadro 1.

Quadro 1 – Trabalhos selecionados – corpus da revisão sistemática de literatura (período 2019 – 2022)

Documento	Título	Ano
01	A BNC-Formação: o projeto de formação por competência dos docentes pós-golpe Jurídico institucional de 2016 (artigo)	2022
02	BNC-Formação de Professores: da completa subordinação das políticas educacionais à BNCC ao caminho da resistência propositiva (artigo)	2022
03	BNCC E BNC-formação: consequências na formação de professores para as escolas do campo (artigo)	2022
04	BNCC, BNC-formação e reforma do ensino médio: o que essas três propostas de alteração curricular têm em comum? (artigo)	2022
05	BNC-Formação: políticas para formação de professores no Brasil e a interlocução com as diretrizes da OCDE (artigo)	2022

06	DCNs/2015 e DCNs/2019: do avanço ao retrocesso (artigo)	2022
07	Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores: retrocessos e resistência propositiva (artigo)	2022
08	Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação de Professores: tecendo relações (artigo)	2022
09	Discursos da BNC-Formação enquanto mecanismos da biopolítica, noopolítica e psicopolítica: possíveis assujeitamentos de professores na educação (dissertação)	2022
10	Discussões sobre a BNC-FI: regulação e uniformização dos currículos de formação docente? (artigo)	2022
11	Entre o presente e o futuro: adaptações da matriz curricular do curso de licenciatura em química da UFGD frente aos (novos?) documentos normativos (artigo)	2022
12	Formação de professores da educação básica antes e pós BNCC E BNC-Formação (artigo)	2022
13	Formação de professores da educação básica: análise comparativa entre a BNC-Formação e o modelo Francês (tese)	2022
14	Formação de professores no Brasil: diálogo, consensos e dissensos (artigo)	2022
15	Formação inicial de professores: desafios da implantação das Diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (artigo)	2022
16	Implicações da Resolução CNE/CP nº 02/2019 na formação docente de profissionais não licenciados (artigo)	2022
17	Implicações das resoluções CNE/CP N. 2/2019 e CNE/CP N. 1/2020 na formação inicial e continuada de professores (artigo)	2022
18	O exercício da docência em um contexto de reformas educacionais (artigo)	2022
19	Perspectivas e dilemas da prática profissional na formação inicial de professores frente às diretrizes curriculares nacionais–2015 e 2019 (artigo)	2022
20	Políticas curriculares para a formação docente e a fabricação da docência gerencialista (artigo)	2022
21	Políticas de formação de professores no brasil numa perspectiva discursiva: uma análise da Resolução CNE/CP 02/2019 (artigo)	2022
22	Projetos em disputa: Uma análise de políticas de formação de professores sob a ótica do Ciclo de Políticas (artigo)	2022
23	Resistir e esperar à luz do legado de Paulo Freire: Em xeque a Resolução CNE/CP 02/2019 (artigo)	2022
24	Tensões e embates na formação docente: perspectivas históricas e análise crítica da BNC-Formação e BNC-Formação continuada (artigo)	2022
25	Um olhar crítico sobre a BNC-Formação: entre caminhos e descaminhos (artigo)	2022
26	Um olhar reflexivo sobre a Base Nacional Comum de Formação-BNC-Formação (artigo)	2022
27	Uma formação de “uma nota só”: reflexões sobre formação de professores diante da resolução CNE/CP N° 2/2019 (artigo)	2022
28	A concepção de organização curricular na Resolução CNE/CP no 2 de 2019: implicações para a docência (artigo)	2021
29	As políticas brasileiras de formação de professores no período de 2000 a 2020: entre negligências e esvaziamentos da educação em Ciências (artigo)	2021
30	Base Comum Nacional ou base nacional comum para a formação inicial de professores da educação básica: a quem interessa a inversão da nomenclatura? (dissertação)	2021
31	Base nacional comum para a formação inicial de professores da educação básica: alinhamentos e retrocessos (artigo)	2021
32	Base nacional comum para formação de professores da educação básica: em foco os jogos políticos e a responsabilização docente (artigo)	2021
33	Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores: padronizar para controlar? (artigo)	2021
34	Diretrizes curriculares nacionais para formação de professores: desafios e configurações para licenciandos (artigo)	2021
35	EDUCAÇÃO 2030: tendências, influências e ausências nas políticas de formação inicial de professores (artigo)	2021

A concepção dos pesquisadores sobre a BNC-Formação e sua institucionalização nos cursos de licenciatura com base na Resolução CNE/CP nº 2/2019

36	Implantação da base nacional comum curricular no país: disputas e mudanças no currículo da formação inicial de professores (dissertação)	2021
37	Implicações da BNC- Formação para a universidade pública e formação docente (Artigo) (artigo)	2021
38	Nova tentativa de padronização dos currículos de formação de professores no Brasil: a “BNC-Formação” (artigo)	2021
39	Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica: avanços ou retrocessos? (artigo)	2021
40	O avanço do projeto neoliberal nas diretrizes para a formação de professores no Brasil (artigo)	2021
41	O Esvaziamento da didática e da pedagogia na (nova) BNC de formação inicial de professor da educação básica (artigo)	2021
42	Prática e estágio na regulamentação brasileira da formação de professores: sentidos em construção (artigo)	2021
43	Recentes Imposições à Formação de Professores e seus Falsos Pretextos: as BNC Formação Inicial e Continuada para Controle e Padronização da Docência (artigo)	2021
44	Reflexões sobre os impactos da Resolução no 02/2019 na Formação Inicial Docente (artigo)	2021
45	A construção da autonomia do professor presente nas diretrizes curriculares nacionais de formação inicial das últimas duas décadas (artigo)	2020
46	A Resolução CNE/CP N. 2/2019 e os Retrocessos na Formação de Professores (artigo)	2020
47	As novas diretrizes nacionais para a formação de professores e o recrudescimento do neoliberalismo na educação (artigo)	2020
48	Base Nacional Comum de Formação de Professores da Educação Básica: dilemas, embates e pontos de vista (artigo)	2020
49	BNC para formação docente: um avanço às políticas neoliberais de currículo (artigo)	2020
50	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica 2015 e 2019: Perspectivas Práticas e Emancipatórias (artigo)	2020
51	Diretrizes Curriculares para a formação inicial de professores: interesses e intencionalidades (artigo)	2020
52	Estado, políticas públicas educacionais e formação de professores: em discussão a nova resolução CNE/CP N. 2, de 20 de dezembro de 2019 (artigo)	2020
53	Formação de professores do campo frente às “novas/velhas” políticas implementadas no Brasil: r-existência em debate (artigo)	2020
54	Formação docente em contexto neoliberal: projetos e disputas nas políticas educacionais (dissertação)	2020
55	Formação Docente: Análise das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (artigo)	2020
56	Política de formação de professores e a destruição das forças produtivas: BNC-formação em debate (artigo)	2020
57	Política de formação docente: as novas diretrizes e a base nacional comum instituídas (artigo)	2020
58	Trabalho e formação docente no contexto do desmonte da educação pública no Brasil (artigo)	2020
59	Um modelo anacrônico para os cursos de licenciatura no Brasil: uma análise do parecer CNE/CP nº 22/2019 (artigo)	2020
60	De volta para o futuro... retrocessos na atual política de formação docente (artigo)	2019
61	Discussão sobre formação de professores, inicial e continuada e a relação com a nova BNCC (artigo)	2019

Fonte: BDTD, Capes, Google Scholar, Scielo, Scopus.

Nota: Quadro elaborado pelos autores.

Com base na leitura e na análise dos trabalhos inclusos no corpus da pesquisa, os estudos foram classificados em 3 (três) categorias de análise descritas a seguir: 1. viés neoliberal na Educação; 2. padronização curricular; 3. retrocessos na atual política de formação docente. As categorias decorrentes das análises e as concepções dos autores sobre a Resolução CNE/CP nº 2/2019 (BNC-Formação) apresentadas nas produções estão descritas no Quadro 2.

Quadro 2 – Concepções dos autores sobre a BNC-Formação Inicial de Professores da Educação Básica

BNC-Formação (Resolução CNE/CP nº 2/2019)		
Categorias	Concepções dos autores sobre o tema	Documentos
Viés neoliberal na Educação (19 trabalhos)	A formação docente atende às necessidades do capital	03, 05, 09, 37, 50, 56, 58
	A influência da globalização na criação e na organização de políticas educacionais	35, 51
	Impactos do contexto neoliberal na formação docente	02, 04, 12, 13, 20, 22, 40, 47, 49, 54
A padronização curricular (29 trabalhos)	Disjunção entre teoria e prática	30, 34, 42, 45, 55
	A limitação do currículo à pedagogia por competências	01, 11, 21, 23, 28, 29, 33, 36, 44, 52, 53
	Alinhamento da BNC-Formação com a BNCC	10, 14, 15, 17, 19, 25, 26, 32, 38, 43, 48, 57, 59
Os retrocessos na atual política de formação docente (13 trabalhos)	Formação tecnicista, padronizada e pragmática	24, 27, 41, 46, 61
	Retrocessos nos aspectos teórico-científicos e práticos	06, 07, 08, 16, 31, 60
	Prejuízo à formação de docentes reflexivos e autônomos	18, 39

Fonte: elaborado pelos autores.

Na maioria dos trabalhos, enfatiza-se a análise da Resolução CNE/CP nº 2/2019 por meio da qual se definem as DCNs para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui-se a BNC-Formação, destacando a importância da discussão sobre o tema na comunidade científica, dentro da área educacional, em nível nacional. Convém também ressaltar a preocupação da padronização curricular imposta pela BNC-Formação vinculada à BNCC-Educação básica decorrente das propostas curriculares, evidenciada em maior número nas publicações analisadas (Quadro 2).

3.2 Os impactos do contexto neoliberal para a formação docente

Na visão dos autores, a BNC-Formação passa por críticas, pois sua implementação adota uma pedagogia neoliberal nas políticas de formação dos professores, objetivando atender às necessidades do capital. Por esse olhar, os professores são os principais responsáveis pelo desastre ou pelo sucesso da educação brasileira.

A concepção dos pesquisadores sobre a BNC-Formação e sua institucionalização nos cursos de licenciatura com base na Resolução CNE/CP nº 2/2019

No que se refere ao fato de a formação docente atender às necessidades do capital, a BNC-Formação estabelece um processo de reestruturação e alteração na condução da política de formação docente. Ao nortear a organização curricular para a formação docente fundamentada em competências e habilidades, prevalece-se a lógica do capital para a formação do professor, ou seja, a proposta de formação docente estipulada pela Resolução CNE/ CP nº 2/2019 que conjuga com a reprodução e a hegemonia do capital (BOGATSCHOV et al., 2022; TITTON, 2022).

Nesse contexto, a formação docente atende às necessidades do capital humano, por meio dela, os sujeitos são manipulados à serventia do mercado, do capitalismo e do neoliberalismo, estabelecendo um sistema de controle da formação inicial de professores para a Educação básica visando atender às regras do capital (CINTRA; COSTA, 2020; COSTA et al., 2021; NASCIMENTO JÚNIOR, 2022).

As DCNs para a formação inicial de professores para a Educação básica retratam uma forma alienada pela qual o capitalismo busca manipular os docentes com orientações educacionais ideológicas, como é o caso das pedagogias das competências, que alinham essa formação ao contexto empresarial neoliberal (LAVOURA et al., 2020; OLIVEIRA; BARÃO, 2020).

No tocante à influência da globalização na criação e na organização de políticas educacionais, a BNC-Formação predomina em panoramas de uma política educacional internacional, os quais se destinam a servir às imposições do mercado capitalista na formação de um profissional docente produtivo. Dessa forma, a Resolução em destaque atende aos interesses empresariais da educação, observando os princípios da agenda global de educação (HOBOLD, 2020; CARDOSO et al., 2021).

Em relação aos impactos do contexto neoliberal para a formação docente, a Resolução CNE/ CP nº 2/2019 (BNC-Formação) conduz a educação nacional ao projeto neoliberal privatista, submetendo ao professor uma prática de trabalho alienado, encaminhando a formação docente ao contexto mercadológico (CAMPOS FREITAS; CONCEIÇÃO, 2022; ROCHA; LAGARES, 2022; XIMENES; MELO, 2022).

Com base nos trabalhos analisados, pode-se perceber que o Brasil sofre interferência dos modelos neoliberais em suas políticas de formação docente (CARVALHEIRA, 2022; SILVA; HYPÓLITO, 2022), nas quais se constata a execução de um projeto conservador, neoliberal e privatista, em prejuízo para a educação pública, democrática e emancipatória (RÊGO; DUVERNOY, 2022).

As DCNs de 2019 sinalizam uma política educacional de formação inicial de professores marcada por neoliberalismo, privatização, padronização curricular alinhada a regras de mercado, perfil prático desvalorizando as teorias, desvalorização docente, alinhamento com a BNCC, avaliações de competências (nacionais e internacionais) e dimensão neotecnicista (MEDEIROS, 2020; PIRES; CARDOSO, 2020; SOUSA, 2020; FELIPE et al., 2021).

3.3 A padronização curricular via pedagogia das competências

As concepções dos autores sobre a padronização curricular da BNC-Formação (Quadro 2) destacam a formação inicial docente disciplinada por uma pedagogia de competências e habilidades alinhadas pela Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), ressaltando uma interdependência entre elas, pois as competências gerais da BNCC-Educação Básica têm o mesmo número e propriedade apresentados pela BNC-Formação, no qual os professores são implementadores dessa padronização.

No que se refere à disjunção entre teoria e prática, a Resolução CNE/CP nº 2/2019 estabelece diretrizes para a formação docente, possibilitando 800 (oitocentas) horas de prática pedagógica, assim distribuídas: 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado e 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares (BRASIL, 2019).

As atuais DCNs abordam uma formação docente de natureza tecnicista com evidência de separação entre teoria e prática e a negação da práxis. Os trabalhos analisados destacam a imprescindibilidade de essas diretrizes preconizarem um processo de estabilização da relação teoria e prática, além da reflexão sobre a prática realizada na formação inicial de professores. Dessa forma, a prática pedagógica não pode ser uma mera reprodução de técnicas ou competências que atendam às necessidades do capital (SANTOS; SOUZA FILHO, 2020; SCHWARTZ; VIEIRA, 2020; FREITAS; SELLES, 2021; LOPES; RIVAS, 2021).

No que diz respeito à limitação do currículo à pedagogia por competências, a BNC-Formação impõe aos currículos de licenciaturas um arranjo prático e tecnocrata da ação do professor centralizado na padronização dos conteúdos, retratando um processo que evidencia a perda de autonomia do trabalho docente (MARTINEZ et al., 2022; MOREIRA et al., 2022). A padronização curricular responde às avaliações externas geradoras de índices e aumenta a responsabilização e o controle sobre o que é ensinado, impactando a formação e o trabalho do professor (FREITAS; MOLINA, 2020; SIMIONATO; HOBOLD, 2021; AMARO et al., 2022).

Os resultados dos documentos analisados realçam os desmontes e os retrocessos das políticas de formação de professores, em especial, a difusão da pedagogia das competências

pela Resolução CNE/CP nº 2/2019 como condição central na organização curricular, proporcionando a instrumentalização do saber longe dos conhecimentos históricos e sociais (SILVA et al., 2020; MATOS; FERREIRA, 2021).

A pedagogia das competências prescrita pela BNC-Formação retira da formação inicial docente a centralidade ocupacional do professor; limita sua intelectualidade profissional, tornando-o técnico e pragmático (MARTINEZ et al., 2021) e aponta para o treinamento docente e a redução dos conteúdos escolásticos, o que configura um dos principais motivos de discussão entre pesquisadores e profissionais da educação (DINDO, 2021; ZANDAVALLI et al., 2021).

No que concerne ao alinhamento da BNC-Formação com a BNCC-Educação Básica, os trabalhos analisados revelam uma intensa correlação entre essas Bases Nacionais Curriculares. Tal veracidade traz repercussões danosas à formação docente, visto que, as diretrizes atuais têm a habilidade de converter o professor em um executor de pacotes pedagógicos e práticas preestabelecidas, contribuindo para uma formação tecnicista e normativa dentro de um contexto neoliberal (REIS; GONÇALVES, 2020; RODRIGUES et al., 2021; SERRA, 2021; BOHN; TREZZI, 2022; CESCHINI et al., 2022a; LIMA et al., 2022; RODRIGUES; DALMOLIN, 2022).

A formação inicial de professores da Educação Básica, via BNC-Formação, prepara os docentes para o cumprimento da BNCC-Educação Básica, seguindo uma linha técnica e instrumental do ensino, cujas proposições moldam as políticas de uniformização dos currículos dos cursos de licenciatura (BARREIROS; DRUMMOND, 2021; DINIZ-PEREIRA, 2021; MARTINS JUNIOR et al., 2022; PINHEIRO; FÁVERO, 2022).

Nesse contexto, a implementação da BNC-Formação impõe às instituições de formação docente uma política de regulação e padronização curricular. Esse modelo de regulamentação está obsoleto em relação ao tempo atual e o contexto histórico, visto que, na visão progressista de educação, a profissão docente deve ser valorizada em conjunto com sua prática educativa e a função social da escola (COIMBRA, 2020; GUEDES, 2020).

3.4 Os retrocessos na atual política de formação docente

A respeito dos retrocessos na atual política de formação de professores, os trabalhos analisados destacam uma formação tecnicista, padronizada e pragmática. Evidencia-se que a Resolução CNE/CP nº 2/2019 (BNC-Formação) vigente impõe uma padronização curricular, caracterizando o ser e o fazer docente alinhado ao pragmatismo, imediatismo e tecnicismo (LEAL et al., 2019; GONÇALVES et al., 2020; TIROLI; JESUS, 2022).

Na Resolução CNE/CP nº 2/2019, as competências específicas referem-se a três dimensões fundamentais. São elas: I. conhecimento profissional; II. prática profissional; III. engajamento profissional (BRASIL, 2019). Consta-se que apenas a dimensão formativa neotecnista é agraciada na referenciada Resolução. Nesse viés neotecnista, as DCNs atuais priorizam a formação restrita de profissionais antagonistas e competentes, não contemplando a formação docente nas dimensões ética, política, estética (MANFRÉ, 2022).

A Resolução relatada neste estudo apresenta princípios formativos que não estão inseridos em uma conjuntura social e histórica, não obstante, apoiados em convicções exclusivamente técnicas; direcionando a formação docente fundamentada em competências, suprimindo de sua formação o perfil crítico, político, social e intercultural (MASCARENHAS; FRANCO, 2021).

Os trabalhos analisados também denotam que as DCNs/2019 apresentam retrocessos nos aspectos teórico-científicos e práticos para as políticas educacionais de formação inicial de professores, considerando que promovem a desarticulação entre formação inicial e continuada, a desvalorização da carreira docente, a dispensa da gestão democrática, a exclusão da práxis como afirmação de articulação entre teoria e prática, a escassez de entendimento sobre a educação como meio de emancipação, a limitação da formação de professores à avaliação de resultados (BAZZO; SCHEIBE, 2019; SANTOS; SANTOS, 2021; CESCHINI et al., 2022b; CRIZEL et al., 2022; DOURADO; SIQUEIRA, 2022; GADELHA et al., 2022).

Dentre os resultados da análise, observou-se que a Resolução discutida neste estudo prejudica a formação de docentes reflexivos e autônomos, em razão das alterações que evidenciam a desvalorização docente no que se refere ao saber e ao trabalho intelectual, exaurindo sua formação e debilitando seu ofício (ALVES, 2022). Nesse contexto, as atuais DCNs podem causar prejuízos à formação de futuros docentes pensativos, independentes e com dimensão em diferentes conhecimentos profissionais (MARQUES et al., 2021).

4. Considerações Finais

A análise dos trabalhos (artigos, dissertações, teses) selecionados nas bases indexadoras relacionados à Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) com base na Resolução CNE/CP nº 2/ 2019 indica retrocesso e desconstrução curricular na formação dos professores, uma vez que a formação docente tem sido afetada negativamente pelas DCNs atuais, que sustentam uma formação tecnicista, padronizada, alinhada à BNCC-Educação Básica, diretiva, não emancipatória e centrada na prática.

A concepção dos pesquisadores sobre a BNC-Formação e sua institucionalização nos cursos de licenciatura com base na Resolução CNE/CP nº 2/2019

As concepções (pontos de vista, opiniões, pareceres, convicções, pensamentos, perspectivas) dos(as) pesquisadores(as) analisados na revisão sistemática de literatura (RSL) apontam a formação docente baseada na pedagogia das competências e habilidades alinhada à BNCC-Educação Básica como uma desarticulação da relação teoria e prática e a fragmentação do conhecimento docente, ou seja, a formação dos professores torna-se mais um instrumento para atender ao capitalismo contemporâneo.

Nesse sentido, uma parcela dos trabalhos enfatiza que o Brasil sofre influência dos modelos neoliberais nas políticas de formação de professores e parece procurar atender aos interesses dos grupos empresariais ligados ao capital internacional

Vale destacar ainda que nenhum trabalho científico analisado preconiza, elogia ou exalta a Resolução CNE/CP nº 2/ 2019 e a implementação da BNC-Formação nos cursos de licenciaturas, caracterizando uma resistência por parte de professores e pesquisadores sobre essas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) em vigência no Brasil.

Por fim, pesquisas minuciosas sobre a implementação da BNC-Formação nas Instituições de Ensino Superior (IES) são primordiais, pois se trata de uma necessidade averiguar e refutar as políticas educacionais que tentam homogeneizar as propostas curriculares dos cursos de formação de professores do Brasil.

Referências

ALVES, Maria Aparecida. O exercício da docência em um contexto de reformas educacionais: um caminho para o controle sobre o trabalho docente? **Revista Educação e Emancipação**, [S. l.], São Luís, v. 15, n. 3, set./dez. 2022. DOI: 10.18764/2358-4319v15n3.2022.32. Disponível em: <http://cajapio.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/20558>. Acesso em: 16 mai. 2023.

AMARO, A.; SILVESTRE, M. A.; SANTOS, P. B. B. dos. Resistir e esperar à luz do legado de Paulo Freire: Em xeque a Resolução CNE/CP 02/2019. **Formação em Movimento**, v. 4, n. 8, p. 24-48, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/formov/article/view/71>. Acesso em: 16 mai. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARREIROS, D. R. A.; DRUMMOND, R. de C. R. Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica: em foco os jogos políticos e a responsabilização docente. **Currículo sem fronteiras**, v. 21, n. 3, p. 1313-1326, set./dez. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v21.n3.18>. Acesso em: 16 mai. 2023.

BAZZO, Vera; SCHEIBE, Leda. De volta para o futuro... Retrocessos na atual política de formação de professores. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 669-864, set./dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v13i27.1038>. Acesso em: 16 mai. 2023.

BOGATSCHOV, D. N.; FERREIRA, G. M.; MOREIRA, J. A. da S. BNC-Formação: políticas para formação de professores no Brasil e a interlocução com as diretrizes da OCDE. **Revista e Currículo**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 1335-1359, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2022v20i3p1335-1359>. Acesso em: 16 mai. 2023.

BOHN, Lilian; TREZZI, Clóvis. Formação de professores no Brasil: diálogo, consensos e dissensos. **Revista Educação & Ensino**, Fortaleza, v. 6, n. 1, jan./jun. 2022. Disponível em: <http://periodicos.uniateneu.edu.br/index.php/revista-educacao-e-ensino/article/view/360>. Acesso em: 16 mai. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 1-9, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 mai. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1 – edição extra, Brasília, DF, ano 151, n. 120-A, p. 1-7, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 16 mai. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 02 de 22 de dezembro de 2017. [Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica]. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 245, p. 41-44, 22 dez. 2017. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/core/journalList.action>. Acesso em: 16 mai. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. [Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 72, p. 46-49, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/core/journalList.action>. Acesso em: 16 mar. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 30 de agosto de 2022. [Altera o Art. 27 da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 160, n. 166, p. 112, 31 ago. 2022. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/core/journalList.action>. Acesso em: 16 mai. 2023.

Campos Freitas, H.; Conceição F. J. A. T. da. BNCC, BNC-formação e reforma do ensino médio: o que essas três propostas de alteração curricular têm em comum?. **Trem de Letras**, v. 9, n. 2, p. e021005, 8 set. 2022. Disponível em: <http://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/tremdeletras/article/view/1583>. Acesso em: 16 mai. 2023.

CARDOSO, D. E. C.; ENS, R. T.; LIMA, T. V. de. Educação 2030: tendências, influências e ausências nas políticas de formação inicial de professores. **Currículo sem Fronteiras**, v. 21, n. 3, p. 1327-1349, set./dez. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v21.n3.19>. Acesso em: 16 mai. 2023.

CARVALHEIRA, Eliana Ariano. **Formação de professores da educação básica: análise comparativa entre a BNC-Formação e o modelo francês**. 2022. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2022.

CESCHINI, M. da S. C.; FRANCO, R. M.; MELLO, E. M. B. Discussões sobre a BNC-FI: regulação e uniformização dos currículos de formação docente? **Revista Nova Paideia-Revista**

Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, Brasília, v. 4, n. 3, p. 278-289, 2022a. DOI: 10.36732/riep.vi.162. Disponível em: <http://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/162>. Acesso em: 16 mai. 2023.

CESCHINI, M. da S. C.; XIMENDES, F. do A.; CHIBIAQUE, F. M.; ROSA, M. C. C. da; MELLO, E. M. B. Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação de Professores: tecendo relações. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 12, pág. e578111235111, 2022b. DOI: 10.33448/rsd-v11i12.35111. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/35111>. Acesso em: 16 mai. 2023.

CINTRA, P. C. S.; COSTA, R. L. da. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica 2015 e 2019: Perspectivas práticas e emancipatórias. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 9, pág. e208996575, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i9.6575. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6575>. Acesso em: 16 mar. 2023.

COIMBRA, C. L. Um modelo anacrônico para os cursos de licenciatura no Brasil: uma análise do parecer CNE/CP nº 22/2019. **Revista Formação em Movimento**, v. 2, n. 4, p. 621-645, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2020.v2i2n4.621-645>. Acesso em: 16 mar. 2023.

COSTA, E. M.; MATTOS, C. C. de; CAETANO, V. N. da S. Implicações da BNC- Formação para a universidade pública e formação docente. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp.1, p. 896–909, mar. 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16iEsp.1.14924. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14924>. Acesso em: 16 mar. 2023.

CRIZEL, F. L.; GONÇALVES, S. R. V.; ANDRADE, R. C. L. DCNs/2015 e DCNs/2019: do avanço ao retrocesso. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 59, p. 41-61, 2022. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/10001>. Acesso: 16 mai. 2023.

DINDO, Rodrigo Connor. **Implantação da Base Nacional Comum Curricular no país: disputas e mudanças no currículo da Formação Inicial de Professores**. 2021. 71 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2021.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Nova tentativa de padronização dos currículos dos cursos de Licenciatura no Brasil: a BNC-Formação. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 46, p. 53-71, jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i46.8916>. Acesso em: 16 mai. 2023.

DOURADO, L. F.; SIQUEIRA, R. M. Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores: retrocessos e resistência propositiva. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, v. 24, n. 59, p. 55-77, jul./set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/227811.24.59-3>. Acesso em: 16 fev. 2023.

FELIPE, E. da S.; CUNHA, E. R.; BRITO, A. R. P. de. O avanço do projeto neoliberal nas diretrizes para a formação de professores no Brasil. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 46, p. 127-151, jul./set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i46.8920>. Acesso em: 16 mai. 2023.

FERREIRA, L. G.; FERRAZ, R. D.; FERRAZ, R. de C. S. N. Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Docente: desafios e configurações para os licenciandos. **SciELO Preprints**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2228>. Acesso em: 16 mar. 2023.

FREITAS, L. M. A.; SELLES, S. E. Prática e estágio na regulamentação brasileira da formação de professores: sentidos em construção. **Arquivos de Análise de Políticas Educacionais**, [S. l.], v. 29, n. 110, ago./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.29.6355>. Acesso em: 16 mai. 2023.

FREITAS, S. C. de.; MOLINA, A. A. Estado, políticas públicas educacionais e formação de professores: em discussão a nova resolução CNE/CP N. 2, de 20 de dezembro de 2019. **Pedagogia em Foco**, Iturama, v. 15, n. 13, p. 62-81, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/77009123/423-libre.pdf?1640143552>. Acesso em: 16 mai. 2023.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73>. Acesso em: 16 mai. 2023.

GONÇALVES, S. da R. V.; MOTA, M. R. A.; ANADON, S. B. A Resolução CNE/CP N. 2/2019 e os Retrocessos na Formação de Professores. **Revista Formação em Movimento**, v. 2, n. 4, p. 360-379, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2020.v2i2n4.360-379>. Acesso: 16 mai. 2023.

GUEDES, Marilde Queiroz. Política de formação docente: as novas diretrizes e a base nacional comum instituídas. **Sul-Sul-Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 1, n. 01, p. 82-103, 2020. Disponível em: <http://www.ub.edu/obipd/wp-content/uploads/2020/06/formacao>. Acesso em: 16 mar. 2023.

HOBOLD, Márcia Sousa. Diretrizes curriculares para a formação inicial de professores: interesses e intencionalidades. *Revista Didática Sistemática*, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 57-72, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/rds.v22i2.11684>. Acesso em: 16 mar. 2023.

LAVOURA, T. N.; ALVES, M. S.; SANTOS JUNIOR, C. de L. Política de formação de professores e a destruição das forças produtivas: BNC-Formação em debate. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 37, p. 553-577, 2020. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i37.6405. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6405>. Acesso em: 16 mai. 2023.

LEAL, S. das G.; BORGES, M. C.; RIBEIRO, B. de O. L. Discussão sobre formação de professores, inicial e continuada e a relação com a nova BNCC. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 9, n. 26, p. 6-21, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/12771>. Acesso em: 16 mai. 2023.

LIMA, J. A.; SILVA, C. I. O. da.; OLIVEIRA, B. K. A. de; OLIVEIRA, M. E. B. de. Um olhar crítico sobre a BNC-Formação: entre caminhos e descaminhos. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades – Revista do Pemo**, [S. l.], Fortaleza, v. 4, p. e48669, 2022. DOI: 10.47149/pemo.v4.e48669. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/8669>. Acesso: 16 mai. 2023.

LOPES, Y. L. B.; RIVAS, N. P. P. Base Comum Nacional ou Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. **Revista Formação em Movimento**, v. 3, n. 5, p. 71-91, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2020.v3i1n5.71-91>. Acesso em: 16 mai. 2023.

A concepção dos pesquisadores sobre a BNC-Formação e sua institucionalização nos cursos de licenciatura com base na Resolução CNE/CP nº 2/2019

MANFRÉ, A. H. Uma formação de “uma nota só”: reflexões sobre formação de professores diante da Resolução CNE/CP Nº 2/2019. **Cadernos da Pedagogia**, v. 16, n. 36, p. 187-201, set./dez. 2022. Disponível: <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1492>. Acesso: 16 mai. 2023.

MARQUES, N. L. R.; ORENCO, G.; MÜLLER, M. G.; BUSS, C. da S.; SILVA, M. A. B. V. da. Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica: avanços ou retrocessos? **Revista Educar Mais**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 637–649, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2409>. Acesso em: 16 mai. 2023.

MARTINEZ, F. W. M.; KAILER, P. G. da L.; TOZETTO, S. S. A BNC-FORMAÇÃO: o projeto de formação por competência dos docentes pós-golpe Jurídico institucional de 2016. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 29, n. 1, p. 357–378, 2022. DOI: 10.18764/2178-2229v29n1.2022.16. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa>. Acesso em: 16 mai. 2023.

MARTINEZ, F. W. M.; VIDAL, N. C.; SILVA, A. M. da. Reflexões sobre os impactos da Resolução no 02/2019 na Formação Inicial Docente. **Revista Ensin@ UFMS**, Três Lagoas, v. 2, n. 6, p. 115-132, 6 dez. 2021. Disponível: <https://periodicos.ufms.br/index.php/anacptl/article/view/14755>. Acesso 16 mai. 2023.

MARTINS JUNIOR, L.; DIAS, J.; FROZZA, M. V. C. Formação inicial de professores: desafios da implantação das Diretrizes da Base Nacional Comum Curricular. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, [S. l.], Petrolina, v. 12, n. 27, p. 213–231, abril, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/1712>. Acesso em: 16 mai. 2023.

MASCARENHAS, A. D. N.; FRANCO, M. A. S. O esvaziamento da didática e da pedagogia na (nova) BNC de formação inicial de professor da Educação Básica. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 1014-1035, jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2021v19i3p1014-1035>. Acesso em: 17 mar. 2023.

MATOS, C. C. de.; FERREIRA, J. V. de F. A concepção de organização curricular na Resolução CNE/CP nº 2 de 2019: implicações para a docência. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 62, p. 73-85, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4061>. Acesso em: 17 mar. 2023.

MEDEIROS, Mônica Xavier. As novas diretrizes nacionais para a formação de professores e o recrudescimento do neoliberalismo na educação. **Encontro Nacional perspectivas do ensino de história-perspectivas web**, v. 11, nov. 2020. Disponível: <https://www.perspectivas2020.abeh.org.br/resources/anais/19/epeh2020>. Acesso em: 16 mai. 2023.

MOREIRA, M. R.; SILVA, D. O. de M.; SILVA, N. M.; CUNHA, K. S. Políticas de formação de professores no Brasil numa perspectiva discursiva: uma análise da Resolução CNE/CP 02/2019. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [S. l.], Brasília, v. 4, n. 3, p. 353-364, 2022. Disponível em: <http://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/168>. Acesso em: 17 jun. 2023.

NASCIMENTO JÚNIOR, Vamberto Marinho do. **Discursos da BNC-Formação enquanto mudança da biopolítica, noopolítica e psicopolítica: possíveis sujeições de professores na educação.**

2022. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2022.

OKOLI, Chitu. **Guia para realizar uma revisão sistemática da literatura**. Tradução de David Wesley Amado Duarte; Revisão técnica e introdução de João Mattar. EAD em Foco, 2019.

OLIVEIRA, M. T.; BARÃO, G. Trabalho e formação docente no contexto do desmonte da educação pública no Brasil. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 5, n. 9, p. 463-482, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://costalima.ufrjr.br/index.php/RTPS/article/view/692>. Acesso em: 16 mai.2023.

PINHEIRO, A. P.; FÁVERO, A. A. Um olhar reflexivo sobre a Base Nacional Comum de Formação-BNC-Formação. **Olhar de Professor**, [S. l.], Ponta Grossa, v. 25, p. 1-20, e-20828.069, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20828>. Acesso em: 18 mai. 2023.

PIRES, M. de A.; CARDOSO, L. de R. BNC para formação docente: um avanço às políticas neoliberais de currículo. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 25, n. 55, p. 73-93, set./dez. 2020. Disponível: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2318-19822020000300073&script=sci_arttext. Acesso: 16 mai. 2023.

RÊGO, A. G.; DUVERNOY, D. S. de A. C. Projetos em disputa: Uma análise de políticas de formação de professores sob a ótica do Ciclo de Políticas. **Educação Por Escrito**, [S. l.], Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. e42976, 2022. DOI: 10.15448/2179-8435.2022.1.42976. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/poescrito/article/view/42976>. Acesso em: 16 mai. 2023.

REIS, G.; GONCALVES, R. M. Base Nacional Comum de Formação de Professores da Educação Básica: dilemas, embates e pontos de vista. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 25, n. 55, p. 155-180, set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.voio.1496>. Acesso em: 16 mai. 2023.

ROCHA, R.; LAGARES, R. Formação de professores da Educação Básica antes e pós BNCC e BNC-Formação. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 9, n. 18, p. 405-417, 2022. Disponível: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7289>. Acesso: 16 mar. 2023.

RODRIGUES, A. S. P.; DALMOLIN, S. de F. dos S. Perspectivas e dilemas da prática profissional na formação inicial de professores frente às diretrizes curriculares nacionais–2015 e 2019. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 4528-4537, jan. 2022. DOI:10.34117/bjdv8n1-299. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/admin,+ART.299.BJD>. Acesso em: 16 mar. 2023.

RODRIGUES, L. Z.; PEREIRA, B.; MOHR, A. Recentes Imposições à Formação de Professores e seus Falsos Pretextos: as BNC Formação Inicial e Continuada para controle e padronização da docência. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, [S. l.], p. e35617, 1–39, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2021u12771315>. Acesso em: 17 mar. 2023.

SANTOS, R. N.; SANTOS, M. C. F. dos. Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica: alinhamentos e retrocessos. **Revista Educação Básica em Foco**, v.2, n.4, out./dez. 2021. Disponível em: <https://educacaobasicaemfoco.net.br/07/Artigos>. Acesso em 16 mai. 2023.

SANTOS, T. A. dos; SOUZA FILHO, M. P. de. A construção da autonomia do professor presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais de formação inicial das últimas duas décadas. **Colloquium**

A concepção dos pesquisadores sobre a BNC-Formação e sua institucionalização nos cursos de licenciatura com base na Resolução CNE/CP nº 2/2019

Humanarum, [S. l.], Presidente Prudente, v. 17, p. 277–294, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/3720>. Acesso em: 17 mai. 2023.

SCHWARTZ, S.; VIEIRA, M. A. Formação Docente: Análise das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. **ResearchGate.net**, dez. 2020. Disponível: <https://www.researchgate.net/profile/Suzana-Schwartz/publication/347261513>. Acesso: 16 mai. 2023.

SERRA, H. Implicações das Resoluções CNE/CP n. 2/2019 e CNE/CP n. 1/2020 na formação inicial e continuada de professores. **Ensaio Pedagógico**, [S. l.], Sorocaba, v. 5, n. 3, p. 21–31, set./dez. 2021. Disponível: <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/263>. Acesso: 16 mai. 2023.

SILVA, H. S. A.; ANJOS, M. P.; MOLINA, M. C.; HAGE, S. A. M. Formação de professores do campo frente às “novas/velhas” políticas implementadas no Brasil: r-existência em debate. **Revista Eletrônica de Educação**, v.14, 1-22, e4562146, jan./dez. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.14244/198271994562>. Disponível: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4562>. Acesso: 16 mai. 2023.

SILVA, S. G. da.; HYPOLITO, A. M. Políticas curriculares para a formação docente e a fabricação da docência gerencialista. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, v. 24, n. 59, p. 78-101, jul./set. 2022. Disponível em <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/7288>. Acesso: 16 mai. 2023.

SIMIONATO, M. F.; HOBOLD, M. de S. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores: padronizar para controlar? **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 46, p. 72-88, jul./set. 2021. Disponível: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i46.8917>. Acesso: 16 mai. 2023.

SOUSA, Maraiane Pinto. **Formação docente em contexto neoliberal: projetos e disputas nas políticas educacionais**. 2020. 79 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

TIROLI, L. G.; JESUS, A. R. de. Tensões e embates na formação docente: perspectivas históricas e análise crítica da BNC-Formação e BNC-Formação continuada. **Olhar de Professor**, [S. l.], v. 25, p. 1–24, 2022. Disponível em: <https://10.5212/OlharProfr.v.25.20732.066>. Acesso em: 17 mai. 2023.

TITTON, Mauro. BNCC E BNC-formação: consequências na formação de professores para as escolas do campo. **Roteiro**, [S. l.], v. 47, p. e29548, 2022. DOI: 10.18593/r.v47.29548. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/29548>. Acesso em: 16 mai. 2023.

XIMENES, P. A. S.; MELO, G. F. BNC – Formação de Professores: da completa subordinação das políticas educacionais à BNCC ao caminho da resistência propositiva. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 103, n. 265, p. 739-763, set/dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.103i265.5112>. Acesso em: 16 mai.2023.

ZANDAVALLI, C. B.; SOUSA, J. C. de; OLEGÁRIO, L. A. O. As políticas brasileiras de formação de professores no período de 2000 a 2020: entre negligências e esvaziamentos da educação em ciências. **Interfaces da Educação**, [S. l.], v. 12, n. 36, 2021. DOI: 10.26514/inter.v12i36.6200. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/6200>. Acesso em: 16 mai. 2023.

Sobre os autores

Robson Marinho Alves

Doutorando em Ensino de Ciências (UFMS); Mestrado em Ciências Biológicas (UFRA); Especialização em Biologia e Botânica (UFPA); Licenciado em Biologia (CEULP/ULBRA); Professor do Instituto Federal do Amapá (IFAP). E-mail: robson.alves@ifap.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4075-3539>.

Carla Busato Zandavalli

Doutorado em Educação (UFMS); Professora associada da UFMS e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências (PPGECI/INFI/UFMS); Mestrado em Educação (UFMS); Especialização em Didática e Metodologia do Ensino Superior (UCDB); Graduação em Pedagogia (UCDB) e Educação Artística (UFMS). E-mail: carlabzandavalli@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4093-0208>.

Recebido em: 27/07/2023

Aceito para publicação em: 24/10/2023